

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 195

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2001

ANO XXVII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Cezar Silvestri</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 055ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
11 DE DEZEMBRO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Antonio.

Às dezessete horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 4300**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) ELIO RUSCH

**REQUERIMENTO Nº 4300-A**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, retirada por 10 Sessões, da discussão e votação do item 09, Projeto de Lei nº 311/2001, de autoria do ilustre deputado Cleiton Kielse.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Pela ordem, senhor presidente!

(**Assentimento**)

Senhor presidente, consta no avulso da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária de hoje, nº 02, item 17, 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 558/2001, oriundo de Mensagem nº 49, do Governo, que autoriza permutar área.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Já foi retirado, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Mas aqui não consta.

Solicito que o mesmo não conste da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária nº 2 de hoje, porque na Sessão de hoje, da CCJ, foi concedido vistas a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Só queremos informar, aproveitando a questão de ordem levantada por V. Exa., que os itens 17, 19 e 22, os projetos foram retirados.

Não serão apreciados nesta Sessão Extraordinária.

O SR. NEREU MOURA

E o item nº 18?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Esse será votado!

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, uma dúvida aqui, só para saber. O item 19 foi retirado da pauta também? E o outro, o 22?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Saiu da pauta, sim!

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, eu ouvi aqui com muita atenção a questão de ordem levantada pelo deputado Nereu Moura, abordando o artigo 186, quando diz o seguinte: “quando faltarem apenas 20 dias, ou menos, para o término da Sessão Legislativa, somente poderão ser considerados de urgência, os projetos de crédito, solicitados pelo Poder Executivo.

Os projetos vetados, além daqueles que foram requeridas urgências por qualquer Comissão permanente aos seus respectivos presidentes”.

Então, senhor presidente, essa questão de ordem, pertinente, levantada pelo deputado Nereu Moura, significa dizer que nós gostaríamos de receber da Mesa a resposta, visto que temos algumas solicitações em regime de urgência, e que evidentemente deverão ser deliberadas pela Mesa.

Nós queremos saber se a Mesa vai acatar o Regimento Interno, ou não?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Neivo Beraldin, nós já decidimos essa questão na Sessão anterior, não estamos votando requerimentos, e amanhã nós vamos responder à questão de ordem levantada pelo deputado Nereu Moura.

Estamos aguardando para que nossa assessoria encontre o projeto da pauta 1.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

#### ITEM 01

##### VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 478/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/2001, que assegura à viúva de ex-governador do Estado do Paraná, o direito a continuar percebendo, no mesmo valor e a título de pensão mensal, o benefício de que cuida o artigo 85, parágrafo 5º, da Carta Estadual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CCJ.

Deputado Neivo, V. Exa. terá a resposta da questão de ordem levantada, dentro de poucos segundos.

Está em votação o projeto.

Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

Existem duas emendas da Comissão de Constituição e Justiça, que serão votadas em seguida.

Está em votação a Emenda nº 1.

Deputados que aprovam a emenda, permaneçam como estão. **Aprovada.**

Deputados que aprovam a Emenda nº 2, permaneçam como estão. **Aprovada.**

#### ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que denomina de Professora Lourdes Stefanello Lago, o imóvel que abriga a Secretaria Municipal de Educação de Palmas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. EMENDA DA CO.

Emenda - **Aprovada.**

#### ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 567/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Recreativa, Cultural e Beneficente Abraão, com sede e foro no município de Palotina, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ.

Emenda - **Aprovada.**

#### ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Padre Jones João Tibolla, com sede e foro no município de Colombo - Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ.

Emenda: **Aprovada.**

#### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 602/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural Bairro Pioneiro do Município de Palotina, com sede e foro na mesma municipalidade. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ.

Emenda: **Aprovada.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 408/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a isentar do pedágio as pessoas portadoras de deficiência renal, para o deslocamento do seu município para a cidade mais próxima que possua atendimento especializado na área de hemodiálise. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. PARECERES FAVORÁVEIS DA CO E CDH. EMENDA DA CF.

Está com parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça. Vamos votar o projeto, inicialmente.

Os senhores deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

Está **rejeitado.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 435/2000, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que institui a obrigatoriedade de programas de reciclagem de lixo em todos os municípios do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/2001, que objetiva criar na Secretaria da Segurança Pública com lotação no Departamento da Polícia Civil, 328 cargos em Comissão, com a denominação de Assistente de Segurança, símbolo 9-C. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CF.

**O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, apenas para reiterar que nós, do PMDB, iremos votar contrário à criação desses trezentos e vinte e oito cargos em comissão, com a denominação de Assistente de Segurança, símbolo 9-C, porque entendemos esses cargos, além de onerar os cofres públicos, impedindo que se dê aumento ao funcionalismo público, são imorais, porque são um “cabide de emprego” para nomear cupinchas políticos.

Falo isso em nome do PMDB e a pedido do deputado Waldyr Pugliesi, em nome da Oposição, nós iremos votar contrariamente à criação desses cargos na estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

**O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, só para esclarecer ao deputado Nereu: não se trata de criação; trata-se de transformação dos assistentes de segurança. O assistente de segurança não foi invenção do Governo Jaime Lerner; antecede ao Governo Requião, antecede a outros governos. Sempre existiu, inclusive o assistente de segurança.

Por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, não se pode mais qualquer pessoa exercer a função de delegado nos municípios.

Então, o que se pretende agora é o agente administrativo, razão pela qual estamos encaminhando pela aprovação, senhor presidente.

**O SR. NEIVO BERARDIN (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, gostaria de indagar ao Líder do Governo dos critérios para ocupar esses cargos, visto que não é um concurso público.

Quais são os critérios mínimos para...

**O SR. DURVAL AMARAL**

Segundo grau completo, deputado Neivo Berardin.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Isso está no projeto?

**O SR. DURVAL AMARAL**

Está no projeto, e com exame de psicotécnico.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Senhor presidente, a nossa avaliação é o voto contrário a esse Projeto de Lei nº 287/2001.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado José Maria, é para encaminhar?

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Sim.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Para encaminhar, deputado José Maria Ferreira.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA**

Senhor presidente, V. Exa. tem para avaliação dois...

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

V. Exa. está encaminhando, V. Exa. pediu para encaminhar a votação!

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Senhor presidente, eu continuo encaminhando em nome do PDT! Tendo em vista que há uma posição já tomada anteriormente de voto contrário a esse projeto de lei, porque entendemos que para contratar agentes de segurança é preciso se fazer um concurso público.

Então, o nosso voto é contrário e por isso estou encaminhando, em nome do PDT, porque evidentemente sei que V. Exa. vai contar o nosso voto, mesmo contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sem dúvidas, porque o Regimento estabelece isso, V. Exa., o deputado Nereu e o deputado José Maria.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Quero convidar os deputados da Base do Governo que estão nos gabinetes, inclusive na Liderança, para que venham ao plenário para podermos votar com tranqüilidade esta matéria.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Os senhores deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão.

Aprovado.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Senhor presidente, requeiro verificação de votação.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Senhor presidente, requeiro chamada nominal.

Retiro a chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Trinta (30) senhores deputados aprovam.

Os senhores deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Um, e dois votos brancos.

**Está aprovado o projeto.**

Em votação a emenda da Comissão de Constituição e Justiça, Emenda Substitutiva Geral.

Os senhores deputados que aprovam a emenda...

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, esta emenda refere-se a quê?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º Secretário, Cesar Seleme, que faça a leitura da emenda, no seu inteiro teor.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Cesar Seleme**)

(**Lê**):

“COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 287/2001

Art. 1º - Ficam transformados, da lotação no Departamento da Polícia Civil da Secretaria da Segurança Pública, 328 (trezentos e vinte e oito) cargos em comissão, símbolo 9-C criados pelas Leis 7880, de 20.07.84, 10701, de 10.01.97 e 10818 de 25.05.94, de 25.05.94, de Assistentes de Segurança para Agentes Administrativos.

Art. 2º - Os agentes administrativos terão por atribuição assessorar nos trabalhos internos de unidade policial civil ficando vedado o exercício de qualquer atividade inerente a funções que decorrem de cargos específicos de carreira da Polícia Civil, em destaque a de Delegado de Polícia.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações próprias e já previstas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4º - São requisitos necessários para a nomeação no cargo de agentes administrativos:

- a) comprovação de escolaridade mínima de 2º grau completo ou equivalente;
- b) submeter-se a teste psicotécnico;
- c) apresentar certidão negativa de antecedentes criminais.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator”

Era essa a emenda, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a emenda.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só pediria a verificação se essa emenda foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Terá a informação, nobre deputado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, consta também uma Emenda de Plenário com parecer contrário da Comissão, que é para justamente atender as reivindicações do Instituto Agrônomo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será votado agora.

Existe uma Emenda de Plenário com parecer contrário da Comissão de Finanças e parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Como há um parecer contrário da Comissão de Finanças, vamos fazer a votação inversa.

Os deputados que aprovam a Emenda Aditiva, queiram levantar-se.

**Aprovada por unanimidade.**

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, aquela emenda anterior o senhor não colocou em votação!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já foi votado, nobre deputado.

O SR. NEREU MOURA

Então, registre-se meu voto contrário também.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado.

## ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que autoria o Governo do Estado do Paraná, a reduzir a taxa de cobrança da coleta e tratamento de esgoto para 50% do custo do abastecimento faturados. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, e CO.

Sobre o referido projeto, requerimento nº 4300/A de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada por dez Sessões.

**Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 Sessões, do Projeto de Lei nº 311/2001.

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 474/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Mallet, o imóvel que especifica. COM PARACERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CTIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 593/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza a construção da pequena central hidrelétrica (PCH) - Novo Horizonte. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

Está fora da pauta.

Volta amanhã, conforme entendimento.

#### ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 594/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Pedrinho I - no município de Boa Ventura do São Roque. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF.

O item 12 (Projeto de Lei 594/2001) idênticas condições.

#### ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 625/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 055/2001, abertura de crédito suplementar no valor de R\$459.000,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil reais) ao vigente orçamento do fundo - FIA, visando a criação da obra para atender a ampliação da unidade do Educandário São Francisco no município de Piraquara. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. Em regime de urgência. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 632/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem 053/2001, que aprova ajuste orçamentário no valor de R\$1.640.000,00 (um milhão seiscentos e quarenta mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei nº 13.030, de 28.12.2000, visando executar o programa PROEM/BID. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 038/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme e outros. Fixa regras para celebração de convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e a Parana Previdência, com vistas à instituição de um plano de previdência para os detentores de mandato eletivo junto ao Poder Legisla-

tivo Estadual. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 443/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, creditamento de pagamento de servidores estaduais em estabelecimentos bancários da localidade em que residem, se inativos ou prestam serviços, se ativos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 126/2001, de 17.09.2001).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 443/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre deputado Durval Amaral, tem por objetivo, creditar o pagamento de servidores estaduais em estabelecimentos bancários da localidade em que residam, se inativos, ou prestem serviços, se ativos.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a se manifestar de acordo com o parágrafo 2º do artigo 33, do Regimento Interno, posiciona-se favoravelmente à sua aprovação por entendê-lo em consonância com a ordem jurídica, sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício  
MARCOS ISFER - Relator

O item 17 foi retirado da pauta porque também não cumpriu as exigências legais para entrar na Ordem do Dia.

O item 18 também está sendo retirado da pauta por uma Sessão e voltará na Sessão de amanhã.

Item 19 foi retirado da pauta também porque não cumpria as exigências legais para estar na Ordem do Dia de hoje.

#### ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 629/2001, de autoria do Poder Judiciário, que cria cargos na estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Alçada, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS CCJ e CF.

#### PROJETO DE LEI Nº 629/2001 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam criados na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Alçada, 88 (oitenta e oito) cargos de Assessor Judiciário, simbologia DAS-4, privativos de bacharéis em Direito, sendo os mesmos de provimento

em comissão, que passam a integrar o Anexo V, da Lei nº 11.737, de 02 de junho de 1997.

Art. 2º - Ficam criados na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados do Tribunal de Alçada, 75 (setenta e cinco) cargos de Oficial Judiciário, nível A-8, que passam a integrar o Anexo IV, Grupo Ocupacional Intermediário, da Lei nº 11.737, de 02 de junho de 1997.

Art. 3º - Ficam criados na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Alçada, 10 (dez) cargos de Motorista, nível A-8, que passam a integrar o Anexo IV, Grupo Ocupacional Básico, da Lei nº 11.737, de 02 de junho de 1997.

Art. 4º - O preenchimento dos cargos criados por esta lei, ficam condicionados aos limites constantes da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000 (LRF), ao interesse da justiça e, após autorização específica do Órgão Especial do Tribunal de Alçada, por maioria absoluta de seus membros.

Art. 5º - A despesa correrá à conta de dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.11.2001.

(a) PODER JUDICIÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O anteprojeto de lei objetiva criar 88 (oitenta e oito) cargos de assessor judiciário, simbologia DAS-4, privativos de bacharéis em Direito, sendo 48 (quarenta e oito), para atendimento aos atuais Juízes e 40 (quarenta), para os gabinetes dos novos juízes. Cria também 75 (setenta e cinco) cargos de oficial judiciário nível A-8, sendo 68 (sessenta e oito) para os gabinetes

dos Juízes e 7 (sete) para atendimento às novas Câmaras. Cria ainda, 10 (dez) cargos de motorista, nível A-8, para dar suporte no atendimento ao transporte dos novos Juízes.

Os novos cargos além de dar suporte aos gabinetes dos novos Juízes, melhorarão o atendimento das novas Câmaras que deverão ser criadas e instaladas em virtude do aumento no número de Magistrados e a conseqüente demanda recursal.

Em atendimento ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), apresentamos o impacto orçamentário-financeiro anual decorrente da criação dos novos cargos, bem como a declaração do ordenador da despesa relativamente à adequação orçamentária e financeira.

#### IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO

Atendendo às exigências nos artigos 16 e 17 e parágrafos da Lei Complementar 101/2000, o impacto orçamentário-financeiro dos gastos decorrentes da criação dos cargos do presente anteprojeto de lei, fica demonstrado conforme anexo.

A criação de cargos que se propõe, está prevista na proposta orçamentária para o exercício financeiro 2002, podendo ser confirmado nas metas estabelecidas em relatórios da referida proposta (em anexo).

O limite para despesa de pessoal estabelecido no artigo 20, inciso II, letra b da referida Lei Complementar, definido em 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário, não será desrespeitado, visto que a Receita Corrente Líquida prevista para o exercício financeiro 2002 demonstra que o cálculo do referido percentual excede até a dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Segue demonstrativos.

Governo do Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Coordenação da Administração Financeira do Estado

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$1,00
Receita Corrente Bruta do Tesouro	7.906.374.100
Receita Corrente de Recolhimento Descentralizado	1.247.561.310
Total de Receitas Correntes	9.153.935.410
(-) Deduções	2.334.579.210
Contribuição ao FUNDEF	732.228.950
Compensação Financeira	
Contribuição Previdenciária	72.020.000
Transferência Constitucional aos Municípios	1.530.330.260
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA GLOBAL</b>	<b>6.819.356.200</b>
<b>6% = R\$409.161.372,00</b>	

QDE	CARGO	NÍVEL	VENC	GRAT. DE REPRES	TIDE	TOTAL MENS.	Nº DE MESES	TOTAL ANUAL (1)	13º SAL	1/3 FÉRIAS	TOTAL ANUAL (2)	VEZES Nº DE CARGOS	TOTAL ANUAL (3)	ACORDO 30,74%	TOTAL DO DISPÊNDIO
88	Assessor Judic.	DAS-4	350,91	532,64	350,91	1.234,46	12	14.813,52	1.234,46	411,49	16.459,47	88	1.448.433,36	-	1.448.433,36
75	Oficial Judiciário	A8	497,01	-	-	497,01	12	5.964,12	497,01	165,67	6.626,80	75	497.010,00	152.780,87	649.790,87
10	Motorista	A8	497,01	-	-	497,01	12	5.964,12	497,01	165,67	6.626,80	10	66.268,00	20.370,78	86.638,78
TOTAIS								26.741,76	2.228,48	742,83	29.713,07		2.011.671,36	173.151,65	2.184.863,01

Nota Explicativa:	Total (1): soma das doze parcelas mensais do vencimento do servidor
	Total (2): doze parcelas mensais, acrescidas do 13º salário e terço de férias
	Total (3): custo ano/cargo x número de servidores

Obs: Os cargos constantes do quadro acima, bem como os valores correspondentes, estão contemplados no Orçamento de 2002, cuja cópia anexamos ao presente Relatório

RUBERLEI GOMES CARNEIRO  
Assessor de Planejamento  
DARCY CARON ALVES  
Diretor do Departamento Econômico e Financeiro



ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA CORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO - COP	RELATÓRIO PARA VERIFICAÇÃO VISUAL DA DESPESA  em R\$1,00	COP01560 Emissão 18.09.2001 Exercício 2002
<b>701.02061722.003 ATIVIDADES JUDICIÁRIAS - TA</b>  <b>Objetivos</b> Promover o processamento e final julgamento dos autos na competência constitucional bem como o ordenamento daqueles destinados às Cortes Superiores - (STF e STJ), dentre outras medidas de caráter jurisdicional e apreciação de pedidos liminares em mandato de segurança " <i>habeas corpus</i> " - medidas cautelares e assemelhados.	Principais Metas	Quantidade
	Curitiba	
	- Metas do Judiciário	Quantidade
	Autuar Processos - Cíveis e Criminais (Processos)	36.000
	Distribuir Processos - Cíveis e Criminais (Processos)	36.000
	Julgar Processos - Cíveis e Criminais (Processos)	30.000
	Registro De Acordos - Cíveis e Criminais (Acórdãos)	25.000
	Conclusão p/ exame de Admissibilidade em Rec. Tribunais Superior -Civ. e Crim. (Processos)	4.500
	Folha de Pagamento dos Magistrados (Folha)	13
	Folha de Pagamento dos Servidores (Folha)	13
	Abono de Férias Constitucionais - Serv. e Mag. (Folha)	3
	Pagamento Previdência Social (Gps)	13
	Ação Declaratória (Processo)	80
	Admissão Referente Concurso em Andamento (Funcionário)	27
	Ampliação do Quadro - Magistratura (Juiz)	20
	Ampliação do Quadro - Secretaria = DAS-4 (Funcionário)	88
	Ampliação do Quadro - Secretaria = DAS-3 (Funcionário)	1
	Ampliação do Quadro - Secretaria (Funcionário)	133
	** As Obras estão detalhadas no Anexo V*	
Detalhamento de Custos Descrição	Tesouro	Outras Fontes
Pessoal e Encargos Sociais	30.221.430	
Salários e Encargos Sociais	30.221.430	
Outras Despesas Correntes	2.943.470	
Combustíveis e Lubrificantes	40.000	
Generos Alimentação	63.000	
Outros Materiais de Consumo	297.000	
Diárias e Ressarcimento	25.000	
Energia Elétrica	30.000	
Água e Esgoto	15.000	
Telefonia e Telex	100.000	
Processamento de Dados	300.000	
Divulgação e Propaganda	1.800	

Publicação Editais, Extratos, Convocações, etc.	10.000	
Estagiários	454.000	
Guarda e Vigilância	162.000	
Asseio, Higiene, Copa e Portaria	301.000	
Locação de Imóveis	120.000	
Locação e Permissão de Uso de Software	18.000	
Reparos de Imóveis	15.000	
Manutenção e Conservação de Veículos	60.000	
Outros Serviços e Encargos	901.670	
Demais Itens de Outras Despesas Correntes	30.000	
Investimentos	570.100	
Outras Instalações	100	
Aquisição de Automóveis e Utilitários	240.000	
Outros Equipamentos e Materiais Permanentes	330.000	

Orçamento Fiscal				
Recursos do Tesouro		Recursos de Outras Fontes	Total Geral	
319011 00	29.544.410			
319013 00	677.020			
339014 00	25.000			
339030 00	400.000			
339033 00	15.000			
339.34 00	463.000			
339036 00	10.000			
339039 00	2.000.470			
339092 00	30.000			
449051 00	100			
449052 00	570.000			
Total	33.735.000	Total 0		
Pessoal e Encar. Social	30.221.430			30.221.430
Juros e Enc. da Dívida				
Outras Desp. Correntes	2.943.470			2.943.470
Investimentos	570.100			570.100
Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida				
Total	33.735.000			33.735.00

Memória do Cálculo			
	MAGISTRADOS = 13 SALÁRIO + 2/3 - ABONO DE FÉRIAS		
	SECRETARIA = 13 SALÁRIOS + 1/3 - ABONO DE FÉRIAS	29.544.410	
	DIÁRIAS = DESP ANUAL PREVISTA	25.000	
	INSS - CARGO EM COMIS- SÃO	677.020	
	ESTAGIÁRIOS	454.000	
	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO - DIVERS. MAT. EXPEDIENTE	297.000	
	COMBUSTÍVEIS E LUBRIF- ICANTES - 12 MESES	40.000	
	GENEROS ALIMENTÍCIOS - 12 MESES	63.000	
	TELEFONIA - 12 MESES	100.000	
	ASSEIO HIGIENE E LIM- PEZA - 12 MESES	301.000	

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO - COP	RELATÓRIO PARA VERIFICAÇÃO DO VISUAL DE DESPESA EM R\$ 1,00	COP01560 Pg-03 Emissão - 18/09/ 2001 Exercício 2002
0701.02061722.003 ATIVIDADES JUDICIÁRIAS - TA  Memória de Cálculo  MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS - 12 MESES SERVIÇOS DE PESSOA FÍSICA- 12 MESES ALUGUERES - 12 MESES REPAROS EM BENS IMÓVEIS PROCESSAMENTO DE DADOS - MANUT. SISTEMAS LOCAÇÃO E PERMISSÃO DE USO DE SOFTWARE PUBLICIDADE DE EDITAIS E EXTRATOS DE CONTRATOS DESPESA DE EXERCÍCIO ANTERIOR OBRAS E INSTALAÇÕES - ABERTURA DA RUBRICA - M2 EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES: INFORMÁTICA, MAT. DE ESCRITÓRIO, VEÍCULOS E DIVERSOS ENERGIA ELÉTRICA - 12 MESES ÁGUA E ESGOTO - 12 MESES GUARDA E VIGILÂNCIA - 12 MESES PASSAGENS - DESP. ANUAL DIVULGAÇÃO E PROPAGANDA - 12 MESES		60.000 10.000 120.000 15.000 300.000 18.000 10.000 30.000 100  570.000 30.000 15.000 162.000 15.000 1.800

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO - COP	RELATÓRIO PARA VERIFICAÇÃO DO VISUAL DE DESPESA EM R\$ 1,00	COP01560 Pg-04 Emissão - 18/09/2001 Exercício 2002
0701.09272999.003 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS - TA Objetivos  PAGAMENTO DOS MAGISTRADOS E SERVIDORES	Principais Metas CURITIBA - Metas do Judiciário FOLHA DE PAGAMENTO - MAGISTRADOS E SERVIDORES (FOLHA)	Quantidade  Quantidade 13
	TIDE DE ASSESSORES JURÍDICOS AÇÃO JUDICIAL (PROCESSOS)	es
Detalhamento de Custos Descrição	Tesouro	Outras Fontes
Pessoal e Encargos Sociais	5.265.000	
Salários e Encargos Sociais	5.265.000	

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO - COP		RELATÓRIO PARA VERIFICAÇÃO DO VISUAL DE DESPESA EM R\$ 1,00	COP01560 Pg-04 Emissão - 18/09/2001 Exercício 2002
Orçamento Fiscal Recurso do Tesouro		Recursos de Outras Fontes	Total Geral
319001 00	5.265.000		
Total	5.265.000	Total 0	
Pessoal e Encarg. Social Juros e Encarg. da Dívida Outras Despesas Correntes e Investimentos Inversões Financeiras Amortização da Dívida 5.265.000			5.265.000
Total	5.265.000		5.265.000
Memória de Cálculo			
Folha de Pagamento dos Magistrados e Servidores: 13º Salário 5.265.000			
Resumo do Órgão 07 - Tribunal de Alçada	Tesouro	Outras Fontes	Total
Pessoal e Encarg. Social	35.486.430		35.486.430
Juros e Enc. da Dívida Outras Despesas Correntes	2.943.470		2.943.470
Investimentos	570.000		570.100
Inversões Financeiras Amortização da Dívida			
Total	39.000.000		39.000.000

**DECLARAÇÃO**

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes da criação de novos cargos neste Tribunal, no projeto anexo, estão contempladas na proposta Orçamentária para o exercício financeiro de 2002 e no Plano Plurianual 2002/2003, em suas rubricas próprias, conforme se depreende dos relatórios em anexo.

Curitiba, 23 de novembro de 2001.

(a) ONÉSIMO MENDONÇA DE ANUNCIAÇÃO

Presidente

**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO PRESIDENTE**

Ofício nº 468/2001-G.P.

Curitiba, 26 de novembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de Lei, aprovado pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça em Sessão de 23 de novembro de 2001, que altera o Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculado à Secretaria do Tribunal de Alçada.

Valho-me do ensejo para reiterar a V. Exa. meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) TROIANO NETTO

Presidente

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 629/2001**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, visa criar cargos na estrutura do Quadro de Servi-

dores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Alçada, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 629/2001**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei em epígrafe, de autoria do Poder Judiciário, objetiva criar cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Alçada, na forma em que especifica.

Sobre a matéria podemos constatar o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão, cumprindo o que determina e preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, nada encontrou que possa impedir a normal tramitação da proposição até o pronunciamento conclusivo do duto Plenário.

Convém salientar que as despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Nestas condições, manifestamos nosso parecer favorável ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Para encaminhar, senhor presidente.  
Este item 20 que está sendo retirado?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, é o item 19. O vigésimo está em condições de ser analisado.

Está com todos os pareceres em condições de ser analisado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, o 19 foi retirado porque não cumpriu as exigências legais, em que sentido?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

De ser analisado pela Comissão presidida por V. Exa.

O SR. NEIVO BERALDIN

E foi proposto pelo Tribunal de Contas?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, esse outro não passou pela Comissão de Constituição e Justiça.

Foi pedido vistas à Comissão.

Como nós tínhamos agilidade, foi colocado na pauta e nós estamos retirando.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Ainda no 19, eu quero entender se o Tribunal de Contas tem condições de encaminhar à Assembléia um projeto, quando ele é um órgão auxiliar da Assembléia. Acho que deveria officiar à Assembléia e a Assembléia, sim, propor as recomendações que pede o Tribunal de Contas e não ele, como órgão auxiliar, propor um projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Infelizmente em nosso Regimento consta, os tribunais, e o Tribunal de Contas é considerado um tribunal. Infelizmente é um equívoco do nosso Regimento.

O SR. ALGACI TULIO

Vamos corrigir, então, senhor presidente, porque senão, passa a ser mais um Poder.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos solicitar ao deputado Caíto Quintana que está fazendo as alterações no regimento, que se inclua na discussão esta alteração.

Está em votação o item 20.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Para encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados, este projeto é de origem do Poder Judiciário e na verdade a discussão desse projeto passa por esse item 20 e também pelo item 21 eu hoje tive a oportunidade de relatá-lo na

Comissão de Justiça e lá usei desse mesmo expediente e queria até deixar aqui consignado.

Nós sabemos, via de regra, que quase sempre tudo o que vem do Judiciário a tendência é aceitar e não discutir, mas eu queria deixar aqui algumas ponderações para a Casa, principalmente porque nós estamos aprovando neste final de recesso uma matéria que vai criar, só esse que eu fui relator, do Tribunal de Alçada, 170 cargos, aproximadamente, fora o outro do Tribunal de Justiça.

A ponderação é da seguinte forma: Nós aqui devemos equacionar todas as questões que vêm também do Judiciário.

Eu entendo, por exemplo, que o Tribunal de Alçada, e estou falando aqui até na condição de advogado que conhece, que milita, que sabe a dificuldade da Justiça, que está passando por um processo de reformulação e a própria Casa aqui aprovou inclusive a criação de novos cargos para desembargadores, juízes, e nós sabemos de tudo isso.

Agora, a justiça, falando em todo o território nacional, está desaparelhada, tem juiz batendo sentença em máquinas de escrever, quando a gente já tem, só na informática, uma evolução muito grande. O juiz escreve a sentença e depois um datilógrafo bate ou quando ele mesmo tem que bater.

Tenho visto, inclusive, senhor presidente, nas comarcas menores, até a roupa que o magistrado tem usado é um terno batido em função do parco salário do juiz que não tem condições às vezes, até de fazer a sua própria vestimenta, e aí é fácil analisar. Um juiz que tem 2, 3 filhos estudando, fazendo faculdade fora, quando está em comarca no interior, sabe a dificuldade que tem de manter. Tudo isso nós sabemos e eu estou inclusive compromissado principalmente com a questão do tribunal de Alçada, que acho que tem que fazer realmente esse aparelhamento.

Agora, aqui estamos criando cargos para auxiliares de juízes, estamos criando motoristas para os desembargadores, estamos criando auxiliares, chamados auxiliares judiciários, que se for o mesmo DAS-4, parece que é do governo, na maior parte das criações do Alçada, é um salário que também convenhamos para um profissional do Direito não é muito, é 2.400 e não sei quanto.

Agora, o que eu queria ponderar aqui com os deputados é o seguinte: Nós estamos vivendo, por exemplo, a época da greve das universidades. Os funcionários e professores das Universidades estão pedindo uma reposição salarial de 50%. Há uma defasagem na Polícia Militar, há uma defasagem na Polícia Civil, enfim, todo o cargo de carreira do Estado, o próprio funcionalismo desta Casa está reivindicando há muito tempo, aumento etc. e tal.

Então, por que é que quando nós temos aqui, nós deputados, de votarmos matérias polêmicas perante a opinião pública, e essa, podem ter certeza, vai dar manchete nesse sentido, só do Tribunal de Alçada são 170 cargos, mais 170 do Tribunal de Justiça, é semelhante a uma cidade pequena que está querendo uma indústria que

vai lá gerar 40 empregos, 60 empregos e tal. É bem verdade que precisamos vedar essa necessidade porque a Justiça tem que caminhar.

Agora, pergunta-se, por que é uma matéria dessa não vem aqui o presidente do Tribunal de Justiça, por que é que numa matéria dessa não vem aqui humildemente o presidente do Tribunal de Alçada, subir à tribuna e dar o aval para que a Casa possa aprovar?

Em tempos de economia “bicudos” como estamos vivendo, é muito difícil você onerar o erário público, mesmo que haja orçamento com a criação de mais 300 e poucos cargos, sem que nós tenhamos aqui a responsabilidade pública de dividirmos esse ônus. Não é porque é do Judiciário que nós devemos votar cegamente.

Então quero deixar, aqui, não como deputado, mas como cidadão que fez da vida inteira a sua profissão a área do Direito, de que uma hora dessa e ainda há tempo amanhã quem sabe, de vir aqui publicamente o presidente do Tribunal de Justiça e ajudar a aliviar essa responsabilidade nossa, porque fica bom para nós, porque fica de bom alvitre, porque a imprensa vai ser simpática e a gente fica com a garantia de que está fazendo a coisa certa.

Então, senhor presidente, quero fazer isso aqui, até em tom de desabafo, conclamando ao Tribunal, que eu sei da dificuldade, que eu sei da falta de aparelhamento da Justiça, que vai do pessoal a todo maquinário que precisa, tem juiz que não tem dinheiro para comprar livros, tem juiz que não tem dinheiro para comprar código, tem juiz que não consegue se reciclar, se atualizar. Agora, que nós possamos aqui também, de vez em quando, dividirmos a responsabilidade. Basta o ônus do Governo em matérias que ele já deixa a cargo da Liderança e confia na Bancada.

Vou aprovar, evidentemente, mas que saibam todos aqueles que ainda não conhecem o projeto, que só do Alçada aonde eu fiz e fui relator, nós vamos criar cento e setenta e poucos cargos.

Logo em seguida vem o Item 21, que também tem a criação de mais cargos.

Que venha aqui o presidente do Tribunal de Alçada, que venha o presidente do Tribunal de Justiça falar, como falam todos aqueles que reivindicam dentro da área pública, para que possam dividir conosco essa responsabilidade de gerar aí um ônus muito grande para o Estado, necessário sim, mas que nós tenhamos inclusive o respaldo para dividir conosco essa decisão, que acho que seria muito importante, principalmente porque o Judiciário tem que ser um poder altivo, tem que ser um poder independente, mas nós podemos ter um bom relacionamento.

Seria uma grande hora, inclusive, de alguns deputados que nunca conseguiram sequer pegar na mão de um desembargador, que conhecessem aqui o presidente do Tribunal de Justiça.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente devo dizer-lhe que concordo em muito do que disse o deputado Moysés Leônidas.

Quando na semana passada, os Projetos nº 629 e 630, iniciou-se o processo de discussão na CCJ, nós pedimos vistas justamente para esclarecer algumas dúvidas, principalmente ao que diz respeito ao 629, que trata da criação de cargos de uma estrutura vinculada à Secretaria do Tribunal de Alçada.

Fomos justamente no pedido de vistas, porque diz aqui, senhor presidente, na justificativa, sendo 48 cargos para o atendimento aos atuais juízes e 40 cargos para os gabinetes dos novos juízes.

Lembro-me que recentemente nós criamos aqui na Assembléia uma estrutura nova para o Tribunal de Alçada, de 20 juízes titulares e 20 substitutos. Daí, evidentemente se justificam os 40 cargos para os novos juízes. Confesso a V. Exa. que não tinha essa informação de que os 48 juízes atuais estavam desprovidos dessa estrutura.

Por essa razão que nós naquele momento pedimos vistas e acredito que, evidentemente, os cargos sejam necessários ao Tribunal de Alçada num total de 173, porque são 78 cargos de assessor judiciário, 75 de oficial judiciário, 10 cargos de motoristas. Esses para o Tribunal de Alçada.

No caso do Tribunal de Justiça, nós recentemente criamos 8 cargos de novos desembargadores. Então, nada mais justo de que se ajuste a questão e se crie 8 cargos de assessor de desembargador, 8 de secretários de desembargador e 8 de oficial de gabinete e, evidentemente mais 8 de motorista. Então 4x8 igual a 32 cargos.

Nesses 32 cargos, que está devidamente ajustado com os 8 desembargadores, e no outro 173.

Agora, dentro do que disse o deputado Moysés Leônidas, acho que amanhã, poderia, de repente, o desembargador do Tribunal de Alçada vir aqui, até justificar o porquê 48 para os atuais, tem ou não tem? Dividir as responsabilidades como diz o deputado. E também, tem de certa forma procedência a argumentação do deputado Algaci Tulio, no que diz respeito à proposta do Tribunal de Contas. V. Exa. fala que os tribunais encaminharão. Correto.

Mas, veja V. Exa. que o Projeto de Lei nº 629 é do Tribunal de Alçada e ele foi encaminhado a esta Casa via Presidência do Tribunal de Justiça.

É um tribunal o Tribunal de Alçada? É. Mas ele se reportou ao poder que ele está vinculado e a que ele pertence.

Talvez o Tribunal de Contas também pudesse, se não dessa vez, mas da próxima, porque o orçamento do Tribunal de Contas, é elaborado em conjunto com a Assembléia Legislativa. Nada mais justo de que concurso

do Tribunal de Contas, projetos transformando cargos, também passem, primeiro pelo aval da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa que é o Poder ao qual o Tribunal de Contas está vinculado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Em votação nº 629/2001.

O SR. CEZAR SILVESTRI  
Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Favoravelmente ou contrário?

O SR. CESAR SILVESTRI  
Favoravelmente ao projeto.  
Vários deputados têm dúvida com relação se há um impacto orçamentário ou não.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Está dentro do Orçamento do Tribunal.

O SR. NEREU MOURA  
Senhor presidente, quem acabou de criar 328 cargos de assistente de segurança pública. É lógico que não “deu a louca” no Tribunal, está aí, na regra.

O Paraná é isso hoje, o Tribunal cria 205 cargos, 173 do Tribunal de Alçada, e 32 do Tribunal de Justiça.

O governo cria 328 de assistente de segurança, e aí vai. É a! “Casa da mãe Joana”. Vou votar a favor também.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Para justificar**)  
Queria saber do deputado Nereu, se a “casa da mãe Joana” é também o Tribunal de Justiça? A minha colocação, que o senhor não entendeu, voto favoravelmente ao projeto, só acho que o presidente do Tribunal de Justiça, ou de Contas ou do de Alçada, poderia vir aqui, dividir conosco a responsabilidade.

O SR. NEREU MOURA  
Estou falando do Estado do Paraná.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS  
Então deve estar incluída a Justiça, também.

O SR. AUGUSTINHO ZUCHI  
Sou favorável à aprovação do projeto.  
Acho válida a colocação do deputado Moysés Leônidas. Por que é que o presidente do Tribunal não vem aqui e se reúne com as lideranças?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
V. Exa. encaminhe o requerimento.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Quero fazer uma pergunta: o presidente do TJ esteve aqui falando com a Mesa Executiva?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Esteve. Veio pessoalmente.  
1ª discussão do Projeto de Lei nº 629/2001.  
Em discussão. Em votação.  
**Aprovado.**

## ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 630/2001, de autoria do Poder Judiciário, que cria cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEL DA CCJ E CF. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 630/2001  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam criados na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, (08) oito cargos de assessor de desembargador, simbologia DAS-4, privativos de bacharéis em Direito, (08) oito cargos de secretário de desembargador, simbologia DAS-4 e (08) cargos de oficial de gabinete de desembargador, simbologia 1-C, sendo os mesmos de provimento em comissão, que passam a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997.

Art. 2º - Fica criado na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, (08) oito cargos de motorista, nível A-8, que passam a integrar o Anexo I - Grupo Ocupacional Básico da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997.

Art. 3º - A despesa correrá à conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.11.2001.

(a) PODER JUDICIÁRIO

## JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei, objetiva criar 08 cargos de Assessor de desembargador, simbologia DAS-4, privativos de bacharéis em Direito, 08 cargos de secretário de desembargador, simbologia DAS-4, 08 cargos de oficial de gabinete de desembargador, simbologia 1-C e 08 cargos de motorista, nível A-8, para atender aos novos desembargadores cujos cargos foram criados pela Lei nº 13.328, de 21 de novembro de 2001.

**IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - FINANCEIRO**

Atendendo às exigências previstas nos artigos 16 e 17 e parágrafos da Lei Complementar nº 101/2000, o impacto orçamentário-financeiro dos gastos decorrentes da criação dos cargos do presente anteprojeto de lei, fica demonstrado conforme anexo.

A criação de cargos que se propõe, está prevista na proposta orçamentária para o exercício financeiro 2002, podendo ser confirmado na memória

de cálculo em relatórios da referida proposta (em anexo).

O limite para despesa de pessoal estabelecido no artigo 20, inciso II, letra b, da referida lei Complementar, definido em 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário, não será desrespeitado, visto que a Receita Corrente Líquida prevista para o exercício financeiro 2002 demonstra que o cálculo do referido percentual excede até a dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Seguem demonstrativos.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**

Assessoria de Planejamento da Presidência  
**IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO ANUAL**  
**DECORRENTE DA CRIAÇÃO DE NOVOS CARGOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**DO ESTADO DO PARANÁ**

CARGOS	QUANT.	CUSTO P.CARGO	CUSTO MENSAL	%	TERÇO FÉRIAS	Nº MESES	CUSTO ANUAL	ACORDO 30,74%	CUSTO TOTAL
Cargos de Assessor DAS-4	8	1.234,46	9.875,68	33,3%	3.291,56	13	131.675,40	-	
Cargos de Secretário DAS-4	8	1.234,46	9.875,68	33,3%	3.291,56	13	131.675,40	-	
Cargos de Oficial de Gabinete 1C	8	535,97	4.287,76	33,3%	1.429,11	13	57.169,99	-	
Cargos de Motorista	8	497,01	3.976,08	33,3%	1.325,23	13	57.014,27	16.296,59	
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>3.501,90</b>	<b>28.015,20</b>	<b>0,00</b>	<b>9.337,47</b>	<b>13</b>	<b>373.535,07</b>	<b>16.296,59</b>	<b>389.831,66</b>

Curitiba, 26 de novembro de 2001.

(a) JUCIMARY JAZAR MAROCHI

Diretora da Assessoria de Planejamento da Presidência



ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO - COP	RELATÓRIO PARA VERIFICAÇÃO VISUAL DA DESPESA  Em R\$ 1,00	COP01560 Emissão 14.09.2001 Exercício 2002
.02061722.002 ATIVIDADES JUDICIÁRIAS - TJ	Principais Metas	Quantidade
<b>Objetivos</b> Exercer as funções do Tribunal de Justiça, bem como atender as determinações contidas no Código de Organização e divisão judiciárias do Estado, que disciplinam o funcionamento dos órgãos incumbidos da Administração Jurisdicional e de seus serviços auxiliares. Custear o trâmite de processos de 1ª e 2ª instância. Estabelecer programas de modernização da Justiça Estadual. Equacionar a injusta proporcionalidade habitante x juiz (31.134 hab. por juiz), atingindo pelo menos a proporcionalidade nacional de 17.500 habitantes por juiz visando agilizar o atendimento aos jurisdicionados. Aprimorar o sistema dos serviços extrajudiciais, objetivando dar maior segurança aos cadastros e controles de informações dos ofícios notariais e registrais. Expandir a informatização em toda a Justiça Estadual. Equipar e mobiliar os novos prédios forenses.	Estado	
	- Metas do Judiciário	Quantidade
	Criar novas Varas (Vara)	30
	Custear trâmites de Processos 1º Grau (Processo)	310.000
	Custear trâmites de Processos 2º Grau (Processo)	22.500
	Custear Processos em Grau de Recurso (Processo)	3.500
	Manter o serviço auxiliar da Infância e Juventude (Comarca)	31
	Custear locações de Fóruns (Prédio)	25
	Custear despesas com pessoal (Servidor)	3.200
	Custear despesas com pessoal (Magistrado)	524
	Custear o funcionamento de Comarcas (Comarca)	155
	Implementar o Fundo Rotativo (Comarca)	155
	Expandir a informatização da Justiça Estadual (Comarca)	155
	Adquirir veículos (Veículo)	10
	Implementar novo Código de Organização e Divisão Judiciárias (Comarca)	155
Detalhamento de Custos		
Descrição	Tesouro	Outras Fontes
Pessoal e Encargos Sociais	197.153.230	
Salários e Encargos Sociais	197.153.230	
Outras despesas correntes	30.707.810	
Combustíveis e Lubrificantes	324.000	
Gêneros de Alimentação	156.000	
Medicamentos	36.000	
Outros materiais de consumo	5.822.000	
Diárias e Ressarcimentos	1.200.000	
Energia elétrica	2.040.000	
Água e esgoto	900.000	
Telefonia e Telex	3.444.000	
Processamento de Dados	3.056.000	
Divulgação e Propaganda	20.000	

Publicações, Editais, Extratos, Convocações, etc.	240.000	
Estagiários	1.152.000	
Guarda-Mirim	156.000	
Guarda e Vigilância	1.134.000	
Asseio, Higiene, Copa e Portaria	1.200.000	
Locação de Imóveis	2.400.000	
Locação de Fotocopiadoras	1.200.000	
Reparos de Imóveis	600.000	
Manutenção e conservação de Veículos	24.000	
Consultoria	106.800	
Outros serviços e encargos	4.871.000	
Demais itens de outras despesas correntes	446.010	

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFA COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO - COP	RELATÓRIO PARA VERIFICAÇÃO VISUAL DA DESPESA  Em R\$ 1,00	COP01560 Emissão 14.09.2001 Exercício 2002
.02061722.002 ATIVIDADES JUDICIÁRIAS - TJ Investimentos Aquisição de Automóveis e Utilitários Aquisição de Equipamentos de Informática Outros Equipamentos e materiais permanentes	  1.138.000 300.000 330.000 758.000	
Orçamento Fiscal		
Recursos do Tesouro	Recursos de Outras Fontes	Total Geral
319009 00 3.900		
319011 00 195.287.210		
319013 00 1.369.000		
319016 00 351.000		
319092 00 12.120		
319096 00 130.000		
339008 00 100.000		
339014 00 1.200.000		
339030 00 6.338.000		
339033 00 66.000		
339035 00 106.000		
339036 00 1.248.000		
339037 00 2.514.000		
339039 00 18.855.000		
339049 00 180.000		

339092 00	50.000		
339093 00	50.000		
449052 00	1.388.000		
TOTAL	229.249.040	TOTAL	0
Pessoal e Encargo Social	197.153.230		197.153.230
Juros e encargos da dívida			
Outras despesas correntes	30.707.810		30.707.810
Investimentos	1.388.000		1.388.000
Inversões financeiras			
Amortização da dívida			
T O T A L	229.249.040		229.249.040
Memória de Cálculo			
Salário Família		300 x 13 =	3.900
Magistratura ativa Vencimentos e vantagens fixas		5.466.150 x 12 =	65.593.800
Parcela de equivalência (atrasados)		376.000 x 13 =	4.888.000
Décimo terceiro salário			5.466.150
Servidores ativos Vencimentos e vantagens fixas		6.636.100 x 12 =	79.633.200
Décimo terceiro salário			6.636.100
Cargos em Comissão Vencimentos e vantagens fixas		366.770 x 12 =	4.401.240
Décimo terceiro salário			366.770
Servidor CLT Vencimentos e vantagens fixas		2.300 x 12 =	27.600
Décimo terceiro salário			2.300
Implementação do Código de Organização e Divisão Judiciárias		2.100.000 x 13 =	27.260.000
Criação de cargos para gabinete de novos desembargadores Obrigações Patronais		77.850 x 13 =	1.012.050/ 1.369.000
Outras despesas variáveis		27.000 x 13 =	351.000
Despesas de exercícios anteriores			12.120
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado		10.000 x 13 =	130.000
Outros benefícios assistenciais - Auxílio funeral			100.000
Diárias e ressarcimentos			1.200.000
Material de consumo - combustíveis e lubrificantes		27.000 x 12 =	324.000

Gêneros de alimentação	13.000 x 12 = 156.000	
Material para uso em oficinas	6.000 x 12 = 72.000	
Medicamentos	3.000 x 12 = 36.000	
Material de expediente	87.500 x 12 = 1.050.000	
Material de cozinha	6.250 x 12 = 75.000	
Material elétrico	6.250 x 12 = 75.000	
Suprimento de Informática	150.000 x 12 = 1.800.000	
Material de consumo para estoque	500.000 x 04 = 2.000.000	
Fundo rotativo	340.000 x 02 = 680.000	
Adiantamento	7.000 x 10 = 70.000	
Passagens e despesas com locomoção	5.500 x 12 = 66.000	
Serviços de consultoria	106.800	
Outros serviços de terceiros - pessoa física Serviços de natureza eventuais	5.000 x 12 = 60.000	
Reparos de bens imóveis	5.000 x 12 = 60.000	
Locação de bens imóveis	34.000 x 12 = 408.000	
Fundo rotativo	340.000 x 02 = 680.000	
Adiantamento	4.000 x 10 = 40.000	
Locação de mão-de-obra - serviço de guarda e Vigilância	109.500 x 12 = 1.314.000	
Serviço de asseio, higiene, copa e portaria	100.00 x 12 = 1.200.000	
Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica Energia elétrica	170.000 x 12 = 2.040.000	
Água e esgoto	75.000 x 12 = 900.000	
Processamento de dados (Rede corporativa)	2.000.000	
Processamento de dados (Software e outros serviços)	88.000 x 12 = 1.056.000	
Telefonia e telex	287.000 x 12 = 3.444.000	
Serviços de comunicação	20.000	
Guardas-mirins	13.000 x 12 = 156.000	
Publicação de Editais	20.000 x 12 = 240.000	
Estagiários-convênios CIEE	96.000 x 12 = 1.152.000	
Assinatura de Periódicos	20.000 x 12 = 240.000	
Manutenção de elevadores	11.000 x 12 = 132.000	
Manutenção de equipamentos telefônicos	3.000 x 12 = 36.000	
Manutenção e conservação de veículos	2.000 x 12 = 24.000	
Manutenções diversas	4.250 x 12 = 51.000	
Despesas de alimentação	20.000 x 12 = 240.000	
Correios e telégrafos	194.500 x 12 = 2.334.000	

Reparos de bens imóveis	540.000	
Locação de bens imóveis	166.000 x 12 = 1.992.000	
Locação de bens móveis (Xerox)	100.000 x 12 = 1.200.000	
Fundo rotativo	340.000 x 12 = 680.000	
Treinamento de Pessoal	48.000	
Adiantamentos	7.000 x 10 = 70.000	
Outros serviços	260.000	
Auxílio transporte	15.000 x 12 = 180.000	
Despesas de exercícios anteriores - ODC	50.010	
Indenizações e restituições	50.000	
Equipamentos e material permanente - equipamentos de informática	330.000	
Veículos	30.000 x 10 = 300.000	
Outros equipamentos e material permante	758.000	

**LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**  
**RECEITA DE CORRENTE LÍQUIDA**

Governo do Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Coordenação da Administração Financeira do Estado	
CÁLCULO DA RECEITA LÍQUIDA GLOBAL 2002	
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR R\$ 1,00</b>
RECEITA CORRENTE BRUTA DO TESOURO	7.906.374.100
RECEITA CORRENTE DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO	1.247.561.310
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	9.153.935.410
(-) DEDUÇÕES	2.334.579.210
Contribuição ao FUNDEF	732.228.950
Compensação Financeira	
Contribuição Previdenciária	72.020.000
Transferências Constitucionais aos Municípios	1.530.330.260
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA GLOBAL	<b>6.819.356.200</b>
<b>6% = R\$ 409.161.372,00</b>	

Em 26.11.2001

(a) JUCIMARY JAZAR MAROCHI

Diretora da Assessoria de Planejamento da Presidência

**DECLARAÇÃO**

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei

de Responsabilidade Fiscal), que as despesas decorrentes da criação de cargos pelo anteprojeto anexo, estão contempladas na lei orçamentária do exercício financeiro de 2001, na proposta orçamentária para o exercício finan-

ceiro de 2001, e no plano plurianual 2000/2003, tais despesas foram aprovadas pelo Tribunal de Justiça, na Sessão do órgão especial realizada no dia 23 de novembro de 2001.

Curitiba, 26 de novembro de 2001.

(a) Des. VICENTE TROIANO NETTO - Presidente

Ofício nº 467/01- GP

Curitiba, 26 de novembro de 2001.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, aprovado pelo órgão Especial em Sessão de 23 de novembro de 2001, que altera o Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) TROIANO NETTO

Presidente

Excelentíssimo Senhor Deputado Hermas Brandão

Digníssimo Presidente da augusta

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 630/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça, visa criar cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 630/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Poder Judiciário, objetiva criar cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, na forma em que especifica.

Sobre a matéria podemos constatar o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta comissão, cumprindo o que determina e preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, nada encontrou que possa impedir a normal tramitação da proposição até o pronunciamento conclusivo do duto Plenário.

Convém salientar que as despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Nestas condições, manifestamos nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimento nº 4300 de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente.

**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para quarta-feira, dia 12, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/2001.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nºs 593,594 e 629/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 038, 381/2000, 080, 087, 153, 211, 296, 338, 339, 421, 467, 476, 479, 503, 504, 511, 514, 533, 545, 577, 586 e 636/2001.

Levanta-se a Sessão.

#### Atas de Comissão:

#### COMISSÃO DE TURISMO 14ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano dois mil e um, reuniu-se na sala de Reunião das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Chico Noroeste, mais a presença dos senhores deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente, deu por aberta a presente reunião, com a seguinte ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 06/1999, de autoria do deputado Sérgio Spada. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Delôra Bueno F. do Amaral

Carvalho, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) CHICO NOROESTE - Presidente  
Delôra F. Do Amaral Carvalho - Secretária

COMISSÃO DE TURISMO  
14ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano dois mil e um, reuniu-se na sala de Reunião das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Chico Noroeste, mais a presença dos senhores deputados membros da comissão.

Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 128/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, PARECER FAVORÁVEL - Aprovado. Nada mais havendo a tratar encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Delôra /Bueno F. do Amaral Carvalho, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) CHICO NOROESTE - Presidente  
Delôra F. do Amaral Carvalho - Secretária